

As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

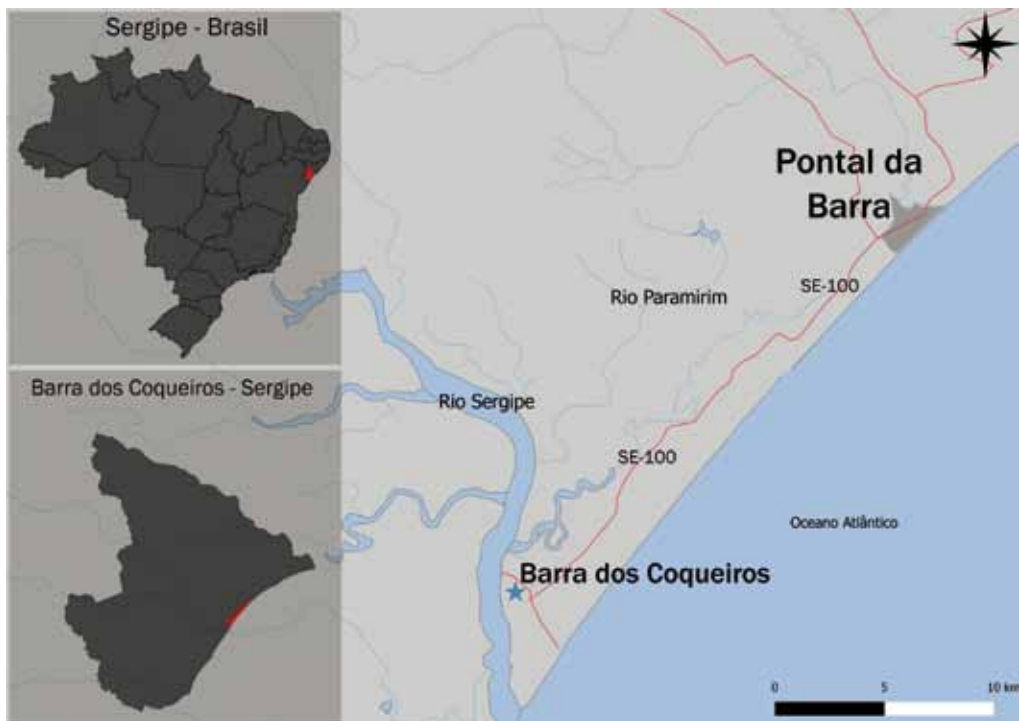
O objetivo da parceria entre INCRA, NEAD (SEAD) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola Pontal da Barra

A Comunidade Quilombola de Pontal da Barra está localizada no município de Barra dos Coqueiros, Região Metropolitana de Aracaju, Sergipe. O quilombo abriga mais de 150 famílias de pequenos pescadores, descendentes de indígenas e de negros escravizados que tinham na atividade pesqueira sua principal forma de sobrevivência. Profundamente ligados ao mar, aos mangues e ao Rio Japarutuba, dos quais retiram seu sustento, os quilombolas se viram ameaçados por projeto imobiliário na região que poderia pôr em risco não apenas as suas terras, mas também o acesso a boa parte dos recursos naturais de que se valem para manter sua forma de vida tradicional.





Rio Japarutuba com a Comunidade de Pontal da Barra ao fundo

Conforme o relato dos moradores mais velhos de Pontal da Barra, a origem da comunidade remonta ao antigo povoado de Porto Grande e a processos migratórios de núcleos familiares desfavorecidos e marginalizados. “Essa história do pessoal quando eu cheguei é que tinha um povoado aqui chamado Porto Grande, que é um povoado que ficava próximo a aqui”, conta o sr. Robério Manoel da Silva, líder quilombola que se mudou para a comunidade em 1993. “Aí, devido a uma guerra entre as famílias de lá, esse pessoal começou a se expandir: umas foram para o Canal, outras para o Touro, outras para Pirambu, outras para Barra dos Coqueiros e alguns, uns cinco ou seis, vieram para aqui. Foi o caso do finado Tição, o Mário de Ramos... Várias pessoas começaram a se instalar aqui. Isso na época de 1950, 1960... O finado Piroca, Zé de Titia...”

De acordo com os quilombolas, **o fundador da comunidade foi o sr. Piroca, que construiu sua moradia em Pirambu, onde desenvolveu atividade pesqueira e extrativista.** Segundo contam, o sr. Piroca também era de Porto Grande e, apesar de ter sido um sujeito “fechado” e “sisudo”, era muito generoso e ajudou muita gente a se estabelecer no quilombo. “Ele era preto. Era muito importante (...). Era um amigo e tanto”, diz Dona Rosa Maria dos Santos, que foi sua vizinha por anos. De acordo com ela, as pessoas que chegavam à comunidade eram recepcionadas pelo próprio Piroca e tinham de pedir a ele permissão para construir uma moradia no local.

Pesca no território da Comunidade de Pontal da Barra



Um cuidado que os quilombolas mantêm, como esclarece o sr. Robério: “O que a gente fala aqui é o seguinte: saber qual é a pessoa que pode se chegar e se for alguém que já conhece as pessoas, porque se não conhecer, meu amigo, me desculpe, mas não dá para você ficar aqui não. Pelo nome da pessoa a gente já vê”. Tal aspecto evidencia a lógica de inclusão e exclusão estabelecida pela comunidade para definir “os de dentro” e “os de fora”.

Segundo os moradores de Pontal da Barra, o principal motivo que levou e até hoje leva as pessoas a se mudar para a comunidade são os recursos naturais do lugar, suficientes para o digno sustento das famílias. “Aqui, tendo condições de conseguir trabalhar para a farinha, o açúcar e o café, o peixe tem aí”, diz o sr. Robério. “Tem o mangue também. Tem o siri, que se pega no rio. (...) Aqui o cara vai ali num pocinho daqueles, pega uns quatro camarões, já dá para ele e para a família comer. Vai aqui no rio e pega umas coisas. Dá para comer. E, quando podia fazer roça aqui, um pau de macaxeira já dava para viver.”

Breve história de Porto Grande e de Pontal da Barra

Porto Grande foi um importante entreposto às margens do Rio Japarutuba entre o século 19 e meados do século 20. Por ele, era feito o transporte de mercadorias e de pessoas para outras regiões do Brasil e até para o exterior, especialmente ao longo do século 19,

quando o sistema escravista era a base da mão de obra nos engenhos açucareiros. Sinal de seu papel ímpar na história do Nordeste foi a visita de Dom Pedro II em janeiro de 1860. “Dom Pedro II andou aqui, veio para Aracaju”, conta o sr. Robério, lembrando o que aprendeu com outros moradores da região. “Ele veio e desceu por esse rio mesmo. Fez esse trajeto por essa comunidade, Porto Grande, onde ficou pouco tempo. Depois continuou o trajeto e as outras embarcações maiores fizeram e seguiram até o norte. Uma foi para Porto Real do Colégio e outra foi para outros lugares.”

Na ocasião, o imperador avaliou o projeto de construção do canal do Rio Pomonga, uma das obras necessárias para a implantação de uma rede hidroviária que ligaria, por via fluvial, o Rio Real – que faz a divisa entre Sergipe e a Bahia, ao sul – ao Rio São Francisco – divisa entre Sergipe e Alagoas, ao norte –, passando por Porto Grande. O objetivo do grandioso projeto era facilitar a navegação fluvial entre a região canavieira e as regiões comerciais.

Naquele tempo, a Zona da Mata sergipana era a área mais próspera do estado, graças sobretudo à monocultura da cana-de-açúcar, que se valeu por séculos da mão de obra escravizada. Por ser o principal entreposto de Sergipe, Porto Grande beneficiava-se diretamente da riqueza que por ali era escoada, assim como as regiões vizinhas, onde se originaram municípios como Barra dos Coqueiros e de Pirambu.



Mapa de Sergipe (1918), com a localização de Porto Grande. Fonte: RTID.

A fala do sr. Robério sobre as narrativas dos antepassados faz menção à presença de escravizados nesta região: “Aqui também era dito que é área até Carmópolis, que era onde o pessoal também fazia o transporte de burro e dormia em Carmópolis porque não poderia atravessar aqui a noite, pois diz que tinha muito escravo fugitivo”. E completa: “Então quer dizer que esta área aqui era dita como refúgio de escravos fugitivos naquela época”.

Durante o regime escravocrata em Sergipe, sobretudo no período que antecedeu a Abolição, era comum a liberação de lotes de terra pelos senhores a seus escravos, para que cultivassem roças para consumo próprio. Essa prática ficou conhecida na história como “brecha camponesa”. O sr. Robério tem relatos de ancestrais da comunidade que revelam as práticas de trabalho em troca do acesso à terra nesse período:

Tem umas pessoas aqui que têm vergonha de falar daquele tempo. Porque tem umas pessoas que foram parentes desse pessoal [dos escravizados que trabalharam nos engenhos da região]... Tinha gente [negra] no Touro, no Canal ... Até um certo tempo, enquanto não tinha muito desenvolvimento, disseram que tinha gente ali que era braba. Se pegasse neguinho, dizia: “Olha, neguinho, tu vai trabalhar hoje para mim, senão tu cai na chibata”... E aí o negro tinha que ir mesmo a pulso, pra ver se trabalhava no terreno dele, era aquele negócio. Tinha que trabalhar três dias pro dono. Três, quatro dias, aí não ganhava nada pelo direito de plantar na terra e morar na terra.

Mais tarde, em meados do século 20, com o declínio econômico de Porto Grande, as camadas mais pobres da população local tiveram de se mudar em busca de condições mais favoráveis de vida. Entre essas pessoas, estavam o sr. Piroca e os primeiros moradores do Quilombo de Pontal da Barra.

Ao longo das décadas seguintes, muitas outras pessoas foram acolhidas pelo sr. Piroca no território de Pontal da Barra, o que resultou no crescimento da comunidade quilombola, constituída em grande parte por descendentes de ex-escravizados. Entre eles, o sr. Robério:

Minha bisavó... eu conhecia como bisavó Piaba. Ela morreu aqui em Pirambu no ano de 1976 parece, morreu com 114 anos. Foi quando ela faleceu, aí ficou minha avó... Minha avó foi uma das antigas, ela morava na Barra de Ipanema em Alagoas e de lá foi que ela veio. Ela ainda foi escrava. Minha mãe nasceu em Amparo do São Francisco. Ali também é um reduto de antigos escravos. Tem Lagoa dos Campinhos, que é comunidade quilombola. É perto mesmo de Caraíbas. Aquela região é denominada de antigos engenhos.

A família paterna do sr. Robério também tem um passado ligado à escravidão, além de igualmente exemplificar a necessidade da migração como forma de sobrevivência entre os grupos negros da região nordestina. Tendo nascido em um antigo engenho em Alagoas que se chamava Biquitinga, o pai do sr. Robério mudou-se para Sergipe, onde se casou. Já estabelecido com a mulher e os filhos na região de Porto Grande, ele logo abraçou a atividade pesqueira como forma de vida, apesar de também ter se dedicado por décadas ao trabalho em olarias.

Assim como o sr. Robério, muitos moradores de Pontal da Barra viveram por um tempo na comunidade, tiveram de migrar e posteriormente retornaram, sendo sempre bem acolhidos. A mãe do sr. Robério também se mudou para muitos lugares até se estabelecer definitivamente no quilombo fundado pelo sr. Piroca. De acordo com o sr. Robério, ela viveu por um tempo na região de Pirambu, localidade vizinha ao Pontal da Barra, na margem oposta do Rio Japarutuba. Depois migrou com familiares para a Ilha das Flores. Mais tarde, voltou para Barra dos Coqueiros, ficando então raízes no território tradicional quilombola.



Faixa de praia no território de Pontal da Barra

A chegada de Dona Rosa à comunidade de Pontal da Barra está diretamente relacionada à luta pela sobrevivência. Ela e sua família se mudaram para o quilombo depois que seu pai morreu, quando ela tinha 8 anos. “Primeiro passamos pela Pixaim, (...) que é um terreno também de arroz”, detalha. “Trabalhamos muito. Depois nós fomos para um povoadinho chamado Potingui. Aí eu já estava com 12 anos. Fiquei com 15 anos e me casei com meu marido, que trabalhava também de arroz. Mas aí as coisas foram ficando difíceis, e a gente com filho é tudo diferente.” De Potingui, conforme Dona Rosa, sua família migrou para o Peba e, desta localidade, finalmente para o Pontal da Barra, onde então moravam apenas as famílias do sr. Piroca e de Mário de Ramos.

Do relato de Dona Rosa e do relato do sr. Robério, percebe-se com riqueza de detalhes a luta pela sobrevivência travada pelas populações nordestinas de origem indígena e escravista e de tradição pesqueira ao longo das décadas posteriores ao fim da escravidão. Mais importante: do relato de ambos sobre a trajetória de suas famílias, salta aos olhos a generosidade entre as pessoas desprovidas do Nordeste. Em cada etapa a ser vencida, em maior ou menor grau, as duas famílias receberam de seus pares acolhimento e solidariedade – não por acaso, as características mais significativas da comunidade fundada pelo sr. Piroca.

A religiosidade em Pontal da Barra

As expressões de fé no Pontal da Barra incluem tanto rituais do catolicismo popular como práticas de religiões afro-brasileiras, com destaque ao candomblé e à umbanda. Entre as festas católicas da comunidade e de toda a região, as mais expressivas são a Procissão de Bom Jesus dos Navegantes, que remonta ao século 17, e a Festa de São Sebastião, em homenagem ao outro santo protetor dos pescadores. Ambas as festividades unem as famílias dos povoados do Canal e da Barra dos Coqueiros por meio do rio, o Canal de São Sebastião. “Vem de lá do povoado Canal de São Sebastião”, explica o

sr. Robério. “Antigamente ela vinha por dentro do rio, vinham lanchas de lá da Barra dos Coqueiros (...) e se juntavam com os barcos aqui. Pegavam o santo lá, vinham fazer a procissão até a boca da Barra e retornavam. Não podem vir mais porque o rio praticamente fechou, só tem um reguinho mesmo, não dá mais para passar”, lamenta.

A religiosidade de matriz afro-brasileira, por sua vez, é elemento central do autorreconhecimento dos quilombolas como descendentes de africanos, a começar pelo próprio Piroca, que pertencia à casa de Xangô. Atualmente, o membro da comunidade mais respeitado por seus conhecimentos da religiosidade de matriz afro-brasileira é a d. Maria, chamada pelos demais quilombolas de “Nega Doida” ou de “Maria Doida”. D. Maria tem a admiração de todo o grupo por seu domínio de práticas religiosas afro-brasileiras herdadas de seus antepassados do “tempo da escravidão”. “Minha mãe quando chegou aqui tinha sido filha de santo, e aqui ela passou a ser como no candomblé”, diz o sr. Robério. “A gente chamava de mãe pequena. Aí ela saiu. Quando chegou em Ilha das Flores passou a ser mãe de santo. Ela quando nasceu já tinha o próprio terreiro, candomblé dela. (...) Hoje quem está tomando conta do terreiro de umbanda Oxumarê é um sobrinho meu”, completa, orgulhoso do legado de sua mãe.

Trabalho e renda em Pontal da Barra

Hoje, as principais atividades produtivas da comunidade são a pesca, alternada com o trabalho em fazendas da região, e ainda o cultivo de pequenas roças nas unidades familiares. No passado, os roçados tinham uma participação maior na subsistência da comunidade, entretanto, a considerável redução de seu território original fez com que as atividades agrícolas fossem reduzidas. O morador Wilson Andrade conta sua rotina de trabalho: “Eu não vou pescar diariamente porque eu tenho meu salariozinho, também o tempo não dá, e eu tenho uma roça porque eu trabalho um dia sim e um dia não... O dia sim estou na lida do trabalho, no dia não estou na minha roça”.

No interior das famílias, há uma clara divisão de trabalho. Os homens adultos se dedicam à pesca ou vendem sua força de trabalho para proprietários de terras não quilombolas. Já as mulheres adultas se responsabilizam pelos trabalhos domésticos e cuidam das crianças. Algumas pescam nos mangues mariscos e crustáceos, como sururu, ostra, caranguejo, siri, guaiamu, e os vendem nos municípios vizinhos. A mesma divisão de trabalho é feita entre os jovens. Os rapazes estudam e ajudam os pais com a pesca, além de vender sua força de trabalho para complementar a renda familiar. As moças, por sua vez, também estudam, ajudam as mães nas tarefas domésticas e na pesca de mariscos, além de trabalhar para terceiros sempre que há uma oportunidade.

Adolescentes e adultos que não conseguem um dia de trabalho nas fazendas vizinhas buscam serviço fora do município. A situação se tornou comum nos últimos anos, já que os proprietários locais proíbem o acesso dos quilombolas aos recursos naturais disponíveis. Para piorar o quadro, os proprietários não contratam os serviços braçais dos quilombolas, preferindo empregar mão de obra que não seja de Pontal da Barra. Por esse motivo, o Programa Bolsa Família se tornou uma importante fonte de renda complementar para as famílias quilombolas, assim como as aposentadorias e pensões dos moradores mais velhos.

Devido à pressão que sofrem dos proprietários locais, os quilombolas têm buscado alternativas de trabalho que permitam a eles permanecer em seu território, como a prestação de serviço em confecções ou reformando redes de pesca. A coleta e venda de frutas como a mangaba também têm gerado renda extra aos moradores de Pontal da Barra. Além disso, um ou outro se dedica ao artesanato, vendendo por exemplo peças de madeira nas imediações da comunidade, que, deve-se lembrar, fica em uma importante região turística de Sergipe.

Ameaça de expropriação e luta pela titulação

Há anos uma empresa hoteleira internacional, em parceria com uma imobiliária local, almejou construir um resort no território tradicional da comunidade de Pontal da Barra. Por conta desse projeto, desde 2010 os quilombolas passam por dificuldades ainda maiores para permanecer em suas terras e usufruir de seus recursos naturais, já que foi construída uma cerca que fazia divisa com as moradias das famílias e impedia o acesso delas às águas dos rios e dos mares. “Através da pista, aí foi que nós não circulamos mais pelo local para circular”, reclama a Dona Gildete. “Aí fecharam tudinho, colocaram cerca. E, como já tinha pista, não adiantava mais ninguém caminhar pelo local que era para caminhar.” Além da cerca, foi instalado um contêiner nas imediações da comunidade, com equipe de “vigilância”, que também impede os quilombolas de circular livremente pela região. “Hoje nós estamos aqui, mas o mar está aí perto. Aí a gente sobrevive mais dessas coisas, porque não tem terra para plantar”, lamenta o sr. Robério. “Jogando lá, o mangue ia ficar mais distante, o mar mais ainda e o rio pior. É um lugar que mais ou menos dá uns dois quilômetros para chegar ao rio. Até o mar dá uma faixa de uns três a quatro. (...) Muda tudo. Uma coisa de quem já é acostumado numa área rural vai botar numa área urbana.”

Além de prejudicar a comunidade de Pontal da Barra, o projeto hoteleiro e demais iniciativas empresariais na região podem danificar os recursos naturais de que se valem sustentavelmente os quilombolas por décadas. “Aqui a maioria das pessoas tem o extrativismo de ir ao mangue, pegar caranguejo, siri, sururu; quando tinha muito, ostras”, relata o sr. Robério. “Você entra no mangue para tirar aquela madeira específica, não vai desmatar, deixar limpo. Vai entrar no mangue, ver o que é linheiro, corta aquela madeira. Vai e retira, mas ali o que estiver ao redor não retira. (...) Depois o mangue renova



D. Gildete, tratando camarão



Área com restrição de acesso no território tradicional de Pontal da Barra

mesmo. Para ter uma ideia, quando eu cheguei aqui só tinha esse mangue aí. Ali por trás não tinha manguezal. Aqui não tinha mangue renovo. Ele está renovando todinho.”

Em sua luta para permanecer em seu território, os moradores de Pontal da Barra passaram a ser apoiados há alguns anos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Muitos espaços antes utilizados pelas famílias quilombolas mais antigas deixaram de ser habitados pelos quilombolas em função de processos de expropriação. **“O cabra botou até vigia para ninguém passar lá pelo terreno”**, conta o sr. Robério, referindo-se ao impedimento da passagem aos quilombolas por trilhas utilizadas por eles havia décadas. **“Tinha uma dona, essa que vendeu para a empresa. Chegou lá dizendo que a gente tinha tomado a água de**



Área de restinga com coqueiros da baía

uns cocos, que o terreno era dela, depois que o terreno era da Mari-
nha. O delegado não soube dizer. Perguntou se era dela ou da Mari-
nha. Aí foi que graças a Deus nós não pagamos os cocos. Ela disse
que a gente tinha tomado trezentas águas, trezentos cocos, e queria
uma estupidez de dinheiro.”

Apesar de tantas adversidades, os quilombolas não desanimam
em sua luta pela titulação de suas terras, como faz questão de enfa-
tizar o sr. Robério:

Antigamente, os negros, quando se reuniam em comunida-
des afastadas, era com medo da chibata. Hoje é a mesma
coisa que antigamente (...). Correram de lá da fome, da miséria
(...). Chegaram aqui, encontraram um lugar bom de morar e isso ori-
ginou um quilombo. (...) Fui chamado lá no Incra. (...) Fizemos várias
reuniões e aí também já fui incentivando outras pessoas de outras
comunidades: “Venham aqui dar palestra, dizer como foi, como é”.
Vieram de outras comunidades falando sobre o que é e o que não
é ser quilombola. O pessoal na atribuição a primeira pergunta
que faz é: “Faz parte do quilombo?” Aí a pessoa se autode-
clara, né? Aí foi quando começou, graças a Deus.”

Mas o sr. Robério pondera, ressaltando as dificuldades que a co-
munidade de Pontal da Barra vem enfrentando:

Das comunidades daqui da Barra dos Coqueiros, a mais perseguida
é esta. Existe perseguição tanto política como também (...) discrimi-
nação total. Para você ter uma ideia, desde que eu cheguei aqui tinha
projeto para botar energia, botar água, e hoje a gente vê isto: a ener-
gia passar e nenhuma casa dessas ter energia. Aqui o solo é ótimo
para exploração da água, mas nenhuma casa tem água encanada. O
saneamento básico, todo dinheiro para fazer os projetos aqui some

e nunca acontece nenhum projeto. (...) Até hoje não existe uma comunidade quilombola de que se goste, há discriminação em cima disso. Mas aí a gente tem fé em Deus. (...) Antes que saia alguma decisão da Justiça que não seja boa nem favorável para a gente...

Felizmente, em julho de 2015 foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) portaria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) reconhecendo como território quilombola área de 325 hectares destinada à comunidade de Pontal da Barra. “É mais uma etapa que conseguimos avançar, para estabelecer definitivamente um território, visando ao desenvolvimento dessas famílias quilombolas”, afirmou na ocasião André Luiz Bomfim Ferreira, superintendente regional do Incra em Sergipe (Incra/SE).

A publicação da portaria de reconhecimento do território foi o último ato administrativo do Incra no processo de criação do território quilombola. Em seguida, o processo foi encaminhado para decreto da presidente da República, a quem cabe dar à autarquia federal instrumentos para o início das ações visando à obtenção das terras com o intuito de formar e consolidar o território quilombola. Assim, **Pontal da Barra tornou-se a quarta comunidade quilombola de Sergipe com território delimitado e reconhecido pelo Incra. Um passo definitivo para a tão sonhada titulação das terras.**



Robério dos Santos e Wilson Galo conversando sobre o território quilombola

Esta narrativa foi composta por Gustavo A. F. Silva, a partir do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) - Comunidade Quilombola Pontal da Barra - Barra dos Coqueiros/Se, elaborado por Mariana Balen Fernandes, (Coordenadora), Aderval Costa Filho, Rafael Lopes Franco, Vinicius Pereira de Oliveira, e Cristian Jobi Salaini. Aracaju, julho de 2010. Todas as fotos são do RTID.

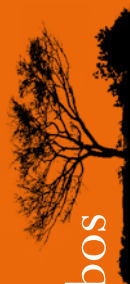
Uma palavra da comunidade Pontal da Barra

Ocupamos apenas 5% das terras que nos são de direito e isto é uma dificuldade muito grande para a comunidade. Para lutar pelas terras que são nossas por direito, fundamos em 24 de abril de 2011 a Associação do Território da Comunidade Remanescente de Quilombos Pontal da Barra, logo após o reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares. Nossa associação, que se iniciou como Cooperativa de Pesca e Agricultura do Pontal da Ilha, conta hoje com mais de 150 pessoas.

Tiramos o nosso sustento com a pesca artesanal e temos muitos projetos de geração de renda que queremos aprimorar. Como nossa cooperativa antiga era de pesca e agricultura, queremos reativá-la. Nosso objetivo, depois de recebermos o título de nossas terras, é ter muitos viveiros para crustáceos, para peixes e para ostras, que podemos cultivar no inverno. No verão, vamos trabalhar com agricultura e plantio de melões, melancias, batata-doce, entre outros produtos. Nosso desafio, porém, é desenvolver a comunidade, gerar emprego e renda, protegendo as áreas verdes e o meio ambiente, pois na comunidade temos áreas de manguezais, dunas e também áreas de desova de tartarugas-marinhas, e preservamos tudo isto aqui.

A história da comunidade é de muitas dificuldades, mas também de muita luta. Nosso maior sonho é ter nosso território e que todas as nossas famílias tenham moradia digna, em casa de alvenaria, e não em palafitas ou taipas. Temos também o sonho de que os nossos filhos consigam um futuro melhor, que possam estudar, trabalhar e prosperar. Mas não queremos que eles abandonem a comunidade ou se esqueçam de toda a luta que tivemos antes deles. Além disso, queremos ser respeitados e reconhecidos enquanto quilombolas, tanto pelos órgãos públicos como pelas outras comunidades. Lutamos muito, trabalhamos muito, mas ainda não somos respeitados.

Texto produzido com base em entrevista concedida a Arydimar Vasconcelos Gaioso pelos senhores Antônio Ferreira de Albuquerque e João Ferreira Cruz e outras lideranças da comunidade, em 27 de novembro de 2015.



Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CERBRAS
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer, Rodrigo Ednilson de Jesus
CONCEPÇÃO DE TEXTO, EDIÇÃO FINAL E SUPERVISÃO	Fernanda de Oliveira, Rodrigo Ednilson de Jesus, Juliana Soares Campos e Carlos Eduardo Marques
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Aline Neves Rodrigues Alves, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Agnaldo P. Ferreira Júnior, Priscila Z. Martins, Danúbia Zanetti
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

S586qb Silva, Gustavo Augusto Fonseca
Quilombo Pontal da Barra / Gustavo Augusto Fonseca Silva. - Belo Horizonte : FAFICH, 2016.

16 p. (Terras de quilombos)

Baseado Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Comunidade Quilombola Pontal da Barra, Sergipe elaborado sob coordenação de Mariana Balen Fernandes, por Aderval Costa Filho, Rafael Lopes Franco, Vinicius Pereira de Oliveira, Cristian Jobi Salain.i

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Relatório técnico de identificação e delimitação da comunidade Quilombola Pontal da Barra, Sergipe. I. Título. II. Série.

CDD:306

CDU:39

MICHEL TEMER
Presidente da República

ELISEU PADILHA
Ministro da Casa Civil

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO
Secretário Especial de Agricultura Familiar
e Desenvolvimento Agrário

JEFFERSON CORITEAC
Secretário Executivo Adjunto

CARLOS EDUARDO OLIVEIRA BOVO
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários e
Desenvolvimento Rural - NEAD

WILLY GUSTAVO DE LA PIEDRA MESONES
Coordenador do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD

LEONARDO GÓES SILVA
Presidente do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária - Incra

ROGÉRIO PAPALARDO ARANTES
Diretor de Ordenamento da Estrutura
Fundiária - Incra

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
Coordenadora Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas - Incra

GUILHERME MANSUR DIAS
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico – Superintendências do
Incra nos estados

A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG



CASA CIVIL

